



Foto Alencar Monteiro - Telefoto Estado

À noite não houve rigor. Deputados e senadores “descontaram”, recebendo jeton duas vezes

De repente, comissões e painéis

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Congresso Nacional, em meio às acusações de pagamento indevido de jtons a parlamentares ausentes, está instalando cinco comissões extras, além de um painel na Comissão de Constituição e Justiça. Ho entanto, essa febre de trabalho talvez não tenha maior sucesso, porque as campanhas municipais começam a esquentar e dificilmente haverá quórum para cuidar de tudo o que foi planejado. Assim, corre um novo risco: o de não conseguir concluir tanto trabalho.

O painel sobre temas constitucionais da Comissão de Constituição e Justiça começa amanhã e, até sexta-feira, serão debatidos: “Filosofia de Poder da Nova República”, exposto pelo assessor presidencial Célio Borja; “Sistema de Governo, Presidencialismo e Parlamentarismo”, pelo consultor-geral da República, Paulo Brossard; e “Direitos Fundamentais da Pessoa Humana”, pelo professor Pinto Ferreira, da Universidade Federal de Pernambuco. Esse tipo de trabalho, porém, segundo um deputado que integra a comissão, não levará a nada, por ser excessivamente acadêmico.

Já a comissão mista que examina a mensagem do presidente Sarney convocando a Constituinte, instalada em 8 de agosto passado, começa efetivamente a funcionar hoje, com palestras do jurista Afonso Arinos e da historiadora Maria Vitória Benevides. Houve prorrogação por 30 dias do prazo para a comissão acabar o trabalho, significando que, até 6 de outubro, deverá ter um parecer aprovado a ser, em seguida, submetido ao plenário do Congresso.

A Constituinte motivou outra comissão, integrada por 36 deputados de todos os partidos, sob a presidência de Alencar Furtado (PMDB-PR), com uma finalidade no mínimo ousada: colher subsídios junto ao povo brasileiro para apresentar aos partidos atuais e aos constituintes futuros. Instalada na quinta-feira passada, terá a primeira reunião no dia 12, quando será debatido o roteiro de trabalho.

Segundo seu relator, Jorge Arbage (PDS-PA), a comissão não apresentará um esboço de Constituição, mas um relatório sobre a vontade brasileira. Não há prazo para a conclusão dessa complexa tarefa.

Criada em março deste ano, a Comissão Interpartidária que propõe mudanças na legislação eleitoral e partidária, algumas das quais em vigor, como as próprias eleições diretas deste ano e a volta da propaganda eleitoral pelo rádio e televisão, não fechou suas portas. Resta ainda examinar a redução final do anteprojeto do Código Eleitoral.

Além dessas, está funcionando, sob a presidência do deputado Humberto Souto (PFL-MG), uma comissão que reformula o Regimento Interno da Câmara. A última reunião foi realizada há dez dias e a próxima está marcada apenas para outubro. Durante esse tempo, seus 13 membros vão responder a um questionário elaborado pelo relator, deputado Ernani Sátiro (PDS-PB), sobre o esqueleto do futuro regimento. A comissão anda em ritmo lento, sob o argumento de que tem de examinar, preliminarmente, cerca de 70 projetos de resolução sobre o tema, além de sugestões de deputados e assessores, às dezenas.

A última das comissões está por ser instalada pelos presidentes da Câmara, Ulysses Guimarães, e do Senado, José Fragelli. Com 29 parlamentares de todos os partidos, proporá nova redação para o capítulo constitucional que trata do Poder Legislativo. Fundamental, buscará um velho objetivo: a devolução das prerrogativas perdidas na Velha República.

Mas não há indício de pressa para a sua instalação. Tanto assim que, por enquanto, o PDT e o PDS não indicaram seus parlamentares, embora a lista tenha sido solicitada aos partidos na quarta-feira passada. Além disso, o PMDB conseguiu enviar uma relação errada, confundindo esta Comissão com a que examina a mensagem de convocação da Constituinte. Paralelamente ao trabalho legislativo, será instalada hoje em Brasília a Comissão Constitucional dos 50, que funcionará no Rio e apresentará aos futuros constituintes um projeto de Constituição.

CARGO
S39ENS25

DENOMINAÇÃO
TEC LEGISLATIVO ESP

| COD | DISCRIMINAÇÃO | PRAZO | VALOR |
|-----|----------------------------|-------|-----------|
| 017 | VENCIMENTO | CL | 2.905.038 |
| 025 | SALARIO FAMILIA ATIVOS | CL | 16.000 |
| 036 | GRATIFICACAO ENCARGO DAI | CL | 551.979 |
| 036 | GRATIFICACAO ENCARGO DAI | CL | 141.989 |
| 041 | GRAT. ADIC. TEMPO DE SERV. | CL | 871.811 |
| 097 | GRAT. ESP. DESEMPENHO | 99 | 3.777.049 |
| 099 | DIARIAS DE SERVICO EXTRA | 99 | 1.259.283 |
| 133 | GRATIF. DE NIVEL SUPERIOR | 99 | 581.207 |
| 280 | GRAT. ESP. DESEMPENHO | 01 | 1.762.996 |
| 305 | V. H. FUNCIONAR. | 99 | 1.010.684 |
| 305 | GRAT. LEGISLATIVA | 99 | 2.324.830 |
| 425 | ASCADA CONTRIBUICAO | 99 | 16.874 |
| 580 | PECULIO RES 04/84 | 02 | 251.856 |
| 991 | PREVIDENCIA CONTRIBUICAO | CL | 669.342 |
| 998 | IMPOSTO DE RENDA | CL | 3.815.905 |

AGO/85

15.204.586

4.753.177

10.451.409